

Termo de Referência 108/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
108/2023	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	ROSANGELA FRASSAO BONFANTI	11/10/2023 18:27 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		23205.026863/2023-19

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Recarga de Gases Especiais, Recargas de GLP e Cilindros de GLP, itens frustrados no Pregão 08/2023/UFFS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 Carga de gás especial acetileno (C2H2) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. Para cilindro com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.	456087	Quilograma	9	R\$ 102,67	R\$ 924,03
2	CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5 Carga de gás especial óxido nitroso (N2O) para aplicação	422898	Quilograma	14	R\$ 55,32	R\$774,48

	analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.5, equivalente a 99,5% puro, grau AA, Informações adicionais: N° CAS: 10024-97-2 , N° ONU: 1070. Fornecido com cilindro na forma de comodato com capacidade mínima de 4 e máxima de 17 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química.					
3	CHAPECO/SC - CARGA DE GLP, 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO /PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45.	461651	Quilograma	135	R\$10,34	R\$1.395,90
4	CILINDRO PARA GLP, P-45 Cilindro para GLP, P-45, casco vazio, conforme norma construtiva ABNT/NBR 13749 /97 e suas normas complementares para o P-45. Entrega campus UFFS Laranjeiras do Sul PR.	461515	Unidade	2	R\$ 1.064,00	R\$ 2.128,00
5	ERECHIM/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG ENTREGA EM ERECHIM-RS GÁS INCOLOR, INODORO, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM2 A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO2. LOCAL DE ENTREGA: CAMPUS ERECHIM-RS	367675	Quilograma	40	R\$24,72	R\$988,80
6	ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5	422898	Quilograma	14	R\$55,32	R\$ 774,48

	CARGA DE GÁS ESPECIAL ÓXIDO NITROSO (N ₂ O) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.5, EQUIVALENTE A 99,5% PURO, GRAU AA, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 10024-97-2 , N° ONU: 1070. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 E MÁXIMA DE 17 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA.					
7	LARANJEIRAS DO MSUL /PR - CARGA DE GLP 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO /PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45.	461651	Quilograma	225	R\$10,34	R\$2.326,50
8	LARANJEIRAS DO SUL /PR - CARGA DE GÁS GLP 13 KG GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS.	461652	Quilograma	195	R\$ 10,34	R\$ 2.016,30
9	REALEZA/PR - CARGA DE GÁS GLP 13 KG GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO	461652	Quilograma	156	R\$ 10,34	R\$1.613,04

	COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS.					
10	REALEZA/PR - CARGA DE GLP 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO /PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45.	461651	Quilograma	135	R\$ 10,34	R\$1.395,90
Valor Total Estimado						R\$ 14.337,53

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, devido a não complexidade da aquisição, bem como, possuir descritivo claro e já usual de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (doze) contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 para os itens 01,02,05 e 06. Para os demais itens não há previsão de prorrogação contratual.*

1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que, tratam-se de insumos laboratoriais/hospitalares usados para cumprimento do ementário obrigatório dos cursos de saúde, agrárias, biológicas e atendimento do Hospital veterinário, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as características/complexidade da contratação, bem como, pela necessidade anual de compra.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Fonte de Recursos: 1000000000/1444000000

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

Programa de Trabalho Resumido: 171285

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno: MQ036N0100N=MD004N0100N-MA001N0100N-MA002N0100N-MH004N0100N-MD009N0100N-ME005N0100N-ME004N0100N

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é a republicação de Pregão Eletrônico Tradicional, pelo fato de o mesmo representar a solução tecnicamente mais eficiente, tendo em vista insucesso na aquisição desses itens no Pregão Eletrônico 08/2023/UFFS.

3.2. Baseando-se no Art. 10º do Dec. 8.538/15, solicitamos que para os itens 1,2, 5 e 6 do Termo de Referência do PE 38/2023, não seja exclusivo para ME/EPP/COOP devido aos fatos:

a) o mercado é restrito para os itens solicitados e não há fornecedores locais que permitam concorrência ampla e que promova o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional (conforme Incisos I, II e IV);

b) a especificidade dos materiais solicitados precisam ser atendidos por fornecedores da área em questão (conforme Inciso II do Art. 9º do Dec.8.538/15).

Para os demais itens GLP (3) cilindros para GLP, (3, 7, 8, 9 e 10), manter a exclusividade para ME/EPP/COOP, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar 18/2023, mantendo-se o certame híbrido para o processo em questão.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Em atenção às disposições dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, da legislação correlata, e conforme orientações do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 5ª Edição, julho/2022**, para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens constantes na tabela do **item 1** deste Termo de Referência deverão ser observadas as exigências de certificação ambiental abaixo:

Item	A descrição compreende	Base Legal Consultada	Requisito de Certificação Ambiental
			Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica. IMPORTANTE

01,02, 05 e 06	Dióxido de carbono, acetileno, e óxido nitroso.	<p>Categoria</p> <p>15 - Indústria Química</p> <p>FTE Consultada:</p> <p>15 – 1: Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos.</p>	<p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR).</p> <p>b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 4.1.3.1. do TR).</p> <p>c. Caso a empresa venha a oferta produtos de fabricação estrangeira, deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3. do TR).</p>
3, 7, 8, 9 e 10	Gás liquefeito de petróleo (GLP)	<p>Categoria</p> <p>15 - Indústria Química</p> <p>FTE Consultada:</p> <p>15 – 2: Fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira.</p>	<p>Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR).</p> <p>b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 4.1.3.1. do TR).</p> <p>c. Caso a empresa venha a oferta produtos de fabricação estrangeira, deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3. do TR).</p>
			Apresentar CTF/APP válido do fabricante, relativo à categoria da Indústria consultada ou Licença/alvará

04	Botijão para gás, cilindro de gás	<p>Categoria</p> <p>3 – Indústria Metalúrgica</p> <p>FTE consultada:</p> <p>3 – 9: Fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia.</p>	<p>ambiental do fabricante, correspondente ao objeto, com respectiva chave de autenticação eletrônica.</p> <p>IMPORTANTE</p> <p>a. Poderá ser apresentado CTF ou licença ambiental de atividade correlata, desde que apresente relação com o objeto desta licitação (item 4.1.3.2 do TR).</p> <p>b. Caso o fabricante seja dispensado do registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou Declaração conforme modelo disponível no “ENCARTE B” (item 4.1.3.1. do TR).</p> <p>c. Caso a empresa venha a oferta produtos de fabricação estrangeira, deverá apresentar Declaração de Origem do Produto (item 4.1.3.3. do TR).</p>
----	-----------------------------------	--	---

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido ao valor da aquisição.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de ciência por parte do fornecedor da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2. Para os itens 3, 7, 8, 9 e 10(recarga de gás GLP) as entregas poderão ser efetivadas no sistema vale gás, com entrega parcelada conforme a necessidade.

5.4. Para o item 5, recarga de Carga de Dióxido de Carbono (CO2) – 2kg, por tratar-se de um item que torna inviável ao fornecedor ofertar a recarga no Campus devido o seu baixo custo (valor de referência R\$ 24,72 por kg), a UFFS concorda em levar e buscar o cilindro para recarga até o local especificado pelo

fornecedor da melhor proposta desde que o serviço de recarga seja ofertado em um raio máximo de 80km do Campus de entrega.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.7.1. Campus Cerro Largo: Av. Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, Laboratórios 2, Sala 115, CEP 97.900-000, Cerro Largo/RS. Caso necessário, contatar os servidores Ismael Magno Hendges (55 3359-3961) ou Jonas Simon Dugatto (55 3359-3989).

5.7.2. Campus Chapecó: Via Transportadoras: Rodovia SC 484 – Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP 89.801-001, Chapecó/SC. Fone: (49) 2049 6455. Via Correio: Av. Fernando Machado, 108 E. Centro, CEP 89802-112, Chapecó/SC. Caso necessário, contatar os servidores da Coordenação Adjunta de Laboratórios Campus Chapecó, Sala: 105, Bloco de laboratórios 02 (49 2049-6455).

5.7.3. Campus Erechim: Rodovia ERS 135 – Km 72, nº 200, CEP 99.700-970, Erechim/RS. Caso necessário, contatar a servidora Ângela Camila Brustolin (54 3321-7077).

5.7.4. Campus Laranjeiras do Sul: Rodovia BR 158 – Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul/PR. Caso necessário, contatar o servidor Augusto Cesar Prado Pomari Fernandes (42 3635-0026).

5.7.5. Campus Realeza: Rodovia BR 182 – Km 466, Av. Edmundo Gaievski, 1000, CEP 85.770-000, Realeza/PR. Caso necessário, contatar os servidores Edson Santolin ou Everton Pelisson (46 3543-8328/8399).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (**cinco**) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (**quinze**) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (**dez**) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Pregão Tradicional**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. **Aos revendedores e/ou distribuidores de GLP (itens 3,7,8, 9 e 10) ato de autorização para o exercício da atividade de , expedido pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), nos termos do art. 5 da Resolução ANP nº 42/19/08/2011.**

8.15. **Aos revendedores e/ou distribuidores de Gases Especiais e Medicinais (itens 1,2,5 e 6) ato de autorização de funcionamento- AFE ou autorização especial AE para o exercício da atividade de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais, pelo Planalto, nos termos da Lei n . 6437/1977.**

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual e/ou Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual e/ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.**

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. Para comprovação de atendimento dos índices econômicos previstos neste item poderá ser solicitado atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.337,53

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$14.337,43 (Catorze mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 26440/158517
- II. 2. Fonte de Recursos: 1000000000
- III. 3. Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0040

- IV. 4. Programa de Trabalho Resumido: 171285
- V. 5. Elemento de Despesa: 339030/449052
- VI. 6. Plano Interno: MQ036N0100N/ML001N6000N/MD004N0100N/ME005N0100N/MA002N0100N/MH004N0100N/MA001N0100N/MA005N0100N/ME004N0100N/MD009N0100N

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Obrigações da Contratante

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações do Contratante:

11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente **Termo de Referência e Termo de Contrato**.

11.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. Obrigações do Contratado

12. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

12.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

12.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSANGELA FRASSAO BONFANTI

Agente de contratação

MORGANA ALEXANDRA ROMANO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP81_2023 - Cópia.pdf (61.43 KB)
- Anexo II - Mapa de Riscos.pdf (44.81 KB)
- Anexo III - Pesquisa de Preços.pdf (610.08 KB)
- Anexo IV - F0033 - DECLARAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS LICITAÇÃO E DISPENSA (2) - Cópia.pdf (138.69 KB)
- Anexo V - F0307 - RELATÓRIO DE ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO TR (1).pdf (143.02 KB)
- Anexo VI - Encarte A - Planilha de Distribuição de Materiais.pdf (115.55 KB)
- Anexo VII - Encarte B - Modelo de Declaração de Isenção de Apresentação de Certificado Ambiental (1).pdf (358.0 KB)
- Anexo VIII - minuta contrato.pdf (553.79 KB)

Anexo I - ETP81_2023 - Copia.pdf

Estudo Técnico Preliminar 81/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.026863/2023-19

2. Descrição da necessidade

Aquisição de Recargas de Gases Especiais, GLP e Cilindros para GLP

NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (ITEM DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

a. Descrição da necessidade administrativa: Trata-se de estudos preliminares referente à aquisição de cilindros e recargas de gases especiais e GLP, itens frustrados no PE 08/2023/UFFS, para atendimento das aulas práticas, atendimentos didáticos laboratoriais e projetos de pesquisa nos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul.

a1. Origem da demanda: A demanda é gerada pelo consumo de gases na execução de práticas laboratoriais obrigatórias e /ou em experimentos científicos em pesquisa e extensão, atendimentos no hospital veterinário e nas áreas experimentais da UFFS. Para a presente aquisição estão sendo previstos quantitativos necessários para atendimento da demanda anual do referido segmento. Baseado em insucessos de processos licitatórios anteriores conduzidos através do Sistema de Registro de Preços, considerando insucesso da compra dos referidos itens no Pregão Tradicional nº 08/2023/UFFS e considerando ainda que, o valor previsto para o atendimento da demanda não ultrapassa os limites para compra direta, a Dispensa Eletrônica configura-se na alternativa mais célere e eficaz para atendimento da demanda.

a2. Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda: A falta dos referidos gases, bem como, dos cilindros onde são acondicionados, compromete a atividade fim da instituição para com os cursos que prevêem técnicas laboratoriais, bem como, impossibilita a execução de diversos projetos de pesquisa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Especial de Laboratórios	Morgana Alexandra Romano

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os gases devem apresentar comprovação de grau de pureza, FISQ e laudo de análise química, quando for o caso (conforme exigências estipuladas no descritivo do item), tais exigências são vinculadas ao uso do gás e são imprescindíveis para o adequado o uso de equipamentos e/ou técnica e experimentos. Quanto aos cilindros os mesmos devem seguir normas e padrões da ABNT para o referido material.

5. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DO MERCADO

a. Soluções disponíveis no mercado:

	Descrição detalhada da solução	Valor estimado
Solução 1	Pregão Tradicional	R\$ 14.337,43
Solução 2	Dispensa de Licitação Eletrônica	R\$ 14.337,43
Solução 3	Pregão SRP	R\$ 14.337,43

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Da solução escolhida: Solução nº 1.

Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é o Pregão Eletrônico Tradicional, republicação, pelo fato de que os itens fracassados/desertos continuam com necessidade de aquisição.

Para os itens que correspondem a recargas de gases planeja-se trabalhar com a possibilidade de prorrogação de vigência contratual, nos termos da Lei 14.133/2021, a análise da vantajosidade e efetividade do modelo deverá ser objeto de análise dos gestores e fiscais do contrato, bem como, da equipe técnica da Secretaria Especial de Laboratórios.

Solicitamos que o edital da dispensa de licitação não seja exclusivo para ME/EPP/COOP, pois o mercado é restrito para prestação de serviços referentes a gases especiais, sendo que no mercado nacional existem apenas quatro fabricantes aptos a atender à necessidade institucional. Nos processos anteriores, deste tipo de aquisição, realizados pela UFFS, a participação na licitação foi feita pelas centrais fabricantes de gases (empresa matriz) e subdelegada entrega aos distribuidores locais, e essas matrizes não se enquadram no porte de empresa ME/EPP/COOP. Não obstante, estamos com a necessidade eminente de que o certame não seja

frustrado, para que não haja interrupção das análises realizadas e planejadas com os equipamentos GC-MS e AAS e por isso, queremos ampliar a concorrência, deixando a livre participação de empresas de quaisquer portes.

Para os itens GLP e CO2-2kg seria importante que o fornecedor fosse local, pois facilitaria a entrega ou recarga conforme a necessidade do demandante (caso do CO2-2kg). Para o CO2-2kg o baixo valor da recarga torna inviável a entrega para fornecedores que não sejam da região.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo da demanda foi estimado considerando o consumo anual de cada campus e o orçamento disponível e previsto para esse segmento de mercado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.337,53

8. Estimativa do Valor da Contratação

As estimativas do valor unitário e total de cada item constam na tabela em documento anexo, sendo a estimativa total de catorze mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e três centavos (R\$ 14.337,43)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens do presente estudo não serão agrupados, contudo, a entrega das recargas de gases poderá ser parcelada, tendo em vista, a limitação do quantitativo de cilindros nos campi. O acordo de parcelamento de entrega deverá ocorrer entre o coordenador dos laboratórios e /ou áreas experimentais diretamente como fornecedor vencedor. Neste processo pode-se observar a repetição de itens. Esta replicação se faz necessário para o atendimento dos diferentes Campi com a possibilidade de contemplar fornecedores locais, no caso do GLP e CO2, sem, no entanto, inibir demais fornecedores. Ademais, a localização de alguns Campi, pode influenciar no custo final dos produtos, especialmente considerando os custos de transportes. Todavia, no que se refere aos orçamentos, para o estabelecimento dos valores de referência, informamos que foram feitos prioritariamente, com fornecedores que conseguiriam atender aos diferentes endereços, assim, manteve-se a isonomia de valores. Outra justificativa é que cada campus encontra-se geograficamente em regiões comerciais distintas dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E, através de acordos comerciais, os representantes locais dos fabricantes de gases especiais não podem comercializar em regiões diferentes daquelas estipuladas nos contratos com a matriz, o que inviabiliza financeiramente o custo do transporte dos cilindros a longas distâncias.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A necessidade institucional do presente Estudo não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, pois os objetos estão ajustados aos protocolos, infraestrutura, equipamentos e mão de obra já existentes na Instituição.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição pretendida está prevista no PCA-2023, cujos números de identificação dos itens constantes no Plano serão indicados nas Requisições de Compras a serem enviadas no SIPAC: Módulo Compras e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação Institucional da UFFS:

PLANO DE AÇÃO DA UFFS Nº 17	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional
CCL036	Gestão dos insumos da CLAB do campus Cerro Largo Material consumível para laboratório
CCH004	Aquisição de Materiais de Consumo para os Laboratórios do campus Chapecó Material consumível para laboratório
CER004	Aquisição de materiais de consumo para os laboratórios do Campus Erechim
CER005	Aquisição de Materiais de Consumo para as Áreas Experimentais do Campus Erechim Material consumível para áreas experimentais
CLS004	Aquisição de Materiais de Consumo para os Laboratórios Laranjeiras do Sul Material consumível para laboratório
CRE005	Gestão da Coordenação Adjunta de Laboratórios Material consumível para laboratório
CLS009	Aquisição de Material de Expediente para o Campus Laranjeiras dos Sul.
CRE001 e CRE002	campus Realeza
SELAB 001	Equipamentos para Laboratório

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por se tratar de materiais consumíveis, não há como prever em valores os ganhos que se almeja, mas o que se pretende é possibilitar aulas práticas de qualidade aos alunos dos diversos cursos de graduação e pós graduação da Instituição. Além das demandas de ensino, também serão supridas demandas de projetos de Pesquisa e de Extensão, em atendimento à completude da formação acadêmica e à demanda da comunidade regional. A UFFS possui Hospital Veterinário Universitário, Clínica de Nutrição e mais de 200 laboratórios em funcionamento, distribuídos em seus seis campi, que precisam ser mantidos regularmente em funcionamento. Além de proporcionar a adequada utilização de equipamentos, funcionamento e manutenção das instalações, essa aquisição proporcionará o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, uma vez que os professores e técnicos desenvolverão atividades dentro de suas áreas de conhecimento e formação, contribuindo sobremaneira para as atividades acadêmicas e, consequentemente, para a formação adequada do profissional egresso da UFFS.

13. Providências a serem Adotadas

13. Providências a serem Adotadas

A contratação do objeto não prevê a necessidade de adequação no ambiente institucional onde será alocado ou de adequação de rotinas administrativas da Unidade Requisitante, tendo em vista que já há infraestrutura necessária para a instalação/troca dos cilindros.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais. Contudo, caso haja algum problema não previsto, como forma de mitigação, a Universidade possui Planos de Gerenciamento de Resíduos de Laboratórios e Gerenciamento de Resíduos Sólidos implementados, ambos em consonância com as normas relacionadas, tais como ABNT NBR 10.004, RDC ANVISA 222/2018, Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), entre outras normas vigentes. Todo resíduo gerado é segregado e submetido ao tratamento adequado, realizado por empresa especializada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

De acordo com os itens descritos no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação é viável e razoável, uma vez que estes insumos são essenciais para o funcionamento/manutenção das aulas práticas dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como atividades de extensão, pesquisa e trabalhos de conclusão de curso realizados nos campi da UFFS

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSANGELA FRASSAO BONFANTI

Agente de contratação

CAROLINE BADZINSKI

Agente de contratação

EVERTOM LICOVISKI

Agente de contratação

LUIZ GUSTAVO ECCO

Agente de contratação

MAURICIO DA TRINDADE VIEGAS

Agente de contratação

ANGELO SERGIO BUENO

Agente de contratação

CATIANE MARIA DALCORTIVO

Agente de contratação

FLAVIA BERNARDO CHAGAS

Agente de contratação

MORGANA ALEXANDRA ROMANO

Autoridade competente

Anexo II - Mapa de Riscos.pdf

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

54/2023

Responsável pela Edição

ROSANGELA FRASSAO BONFANTI

Data de Criação

14/08/2023 16:37

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de Recarga de Gases Especiais, GLP e cilindro para GLP, itens frustrados no Pregão 08/2023/UFFS

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Não entrega da recarga de gás	Dano: Empresa fornecedora de recarga de gases, não conseguir manter as condições de valores negociados, dada a forma de consumo dos gases por parte UFFS, que pode configurar uma condição de entrega futura que pode ser postergada pela sazonalidade das práticas laboratoriais.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impossibilidade de realização de aulas práticas e atividades de pesquisa que necessitam da disponibilidade dos gases, a serem adquiridos, para sua execução.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar contrato para o fornecimento dos gases.			Responsáveis: Everton Licoviski, Caroline Badzinski, André Luiz Zabott, André Luiz Zabott, Luiz Gustavo Ecco, Luiz Gustavo Ecco, Maurício da Trindade Viegas, Maurício da Trindade Viegas, Angelo Sérgio Bueno, Angelo Sérgio Bueno, CATIANE MARIA DALCORTIVO , CATIANE MARIA DALCORTIVO		
Ações de Contingência						
C-01	Nova compra em caráter emergencial, para garantir atendimento das aulas.			Responsáveis: Everton Licoviski, Everton Licoviski, Caroline Badzinski, Caroline Badzinski, Andre Luiz Zabott, Andre Luiz Zabott, Luiz Gustavo Ecco, Luiz Gustavo Ecco, Mauricio da Trindade Viegas, Mauricio da Trindade Viegas, Angelo Sérgio Bueno, Angelo Sérgio Bueno, CATIANE MARIA DALCORTIVO , CATIANE MARIA DALCORTIVO		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

ROSANGELA FRASSAO
BONFANTI
Agente de contratação

EVERTOM LICOVISKI
Agente de contratação

CAROLINE BADZINSKI
Agente de contratação

LUIZ GUSTAVO ECCO

Agente de contratação

MAURICIO DA TRINDADE
VIEGAS

Agente de contratação

ANGELO SERGIO BUENO

Agente de contratação

CATIANE MARIA
DALCORTIVO

Agente de contratação

FLAVIA BERNARDO CHAGAS

Agente de contratação

MORGANA ALEXANDRA
ROMANO

Autoridade competente

Anexo III - Pesquisa de Preços.pdf



RELATÓRIO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS COM PREÇOS ESTIMADOS

Licitação: 23205.026863/2023-19 - PR 38/2023 - UFFS

Gestora: 10 - UFFS

Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 38/2023 OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GASES ESPECIAIS, MEDICINAIS, INDUSTRIAIS, GLP E CILINDROS, PARA OS LABORATÓRIOS E ÁREAS EXPERIMENTAIS DA UFFS.

Tipo: MATERIAIS E SERVIÇOS GERAIS

Status: SETOR DE COMPRAS - EM ANÁLISE - SETOR COMPRAS

LISTA DOS MATERIAIS

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
NÃO ASSOCIADO(S) A LOTE/GRUPO					R\$ 14.337,43
1	3004003000010 CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ACETILENO 2.8 Carga de gás especial acetileno (C2H2) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.8, equivalente a 99,8% puro, grau AA. Informações adicionais: N° CAS: 74-86-2, N° ONU: 1001. Para cilindro com capacidade mínima de 7 e máxima 9 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:456087 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	QUILOGRAMA	9	R\$ 102,67	924,03
2	3004003000009 CERRO LARGO/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5 Carga de gás especial óxido nitroso (N2O) para aplicação analítica em espectrômetro de absorção atômica (FAS). Grau mínimo de pureza 2.5, equivalente a 99,5% puro, grau AA, Informações adicionais: N° CAS: 10024-97-2, N° ONU: 1070. Fornecido com cilindro na forma de comodato com capacidade mínima de 4 e máxima de 17 kg. Fornecer FISPQ e laudo de análise química. CATMAT/CATSER:422898 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	QUILOGRAMA	14	R\$ 55,32	774,48
3	3004003100015 CHAPECO/SC - CARGA DE GLP, 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO/PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45. CATMAT/CATSER:461651 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	QUILOGRAMA	135	R\$ 10,34	1.395,90
4	5212006000007 CILINDRO PARA GLP, P-45 Cilindro para GLP, P-45, casco vazio, conforme norma construtiva ABNT/NBR 13749/97 e suas normas complementares para o P-45. CATMAT/CATSER:461515 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIDADE	2	R\$ 1.064,00	2.128,00
5	3004003100014 ERECHIM/RS - CARGA DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2), 2KG ENTREGA EM ERECHIM-RS GÁS INCOLOR, INODOR, LIQUEFEITO A ALTAS PRESSÕES E LIGEIRAMENTE ÁCIDO. PRESSÃO DE VAPOR DE 58,3 KGF/CM2 A 21 °C. LIMITE DE TOLERÂNCIA DO PRODUTO DE 3900 PPM, PUREZA DE 99,0%. 2 KG CORRESPONDE À RECARGA DE 1 CILINDRO DE CO2. LOCAL DE ENTREGA: CAMPUS ERECHIM-RS CATMAT/CATSER:367675 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	QUILOGRAMA	40	R\$ 24,72	988,80
6	3004003100007 ERECHIM/RS - CARGA DE GÁS ESPECIAL ANALÍTICO: ÓXIDO NITROSO 2.5 CARGA DE GÁS ESPECIAL ÓXIDO NITROSO (N2O) PARA APLICAÇÃO ANALÍTICA EM ESPECTRÔMETRO DE ABSORÇÃO ATÔMICA (FAS). GRAU MÍNIMO DE PUREZA 2.5, EQUIVALENTE A 99,5% PURO, GRAU AA, INFORMAÇÕES ADICIONAIS: N° CAS: 10024-97-2, N° ONU: 1070. PARA CILINDRO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 E MÁXIMA DE 17 KG. FORNECER FISPQ E LAUDO DE ANÁLISE QUÍMICA. CATMAT/CATSER:422898 Quant. Int. 158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	QUILOGRAMA	14	R\$ 55,32	774,48
7	3004001100033 LARANJEIRAS DO MSUL/PR - CARGA DE GLP 45 KG CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO/PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45.	QUILOGRAMA	225	R\$ 10,34	2.326,50

29/09/2023, 14:15

Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

CATMAT/CATSER:461651

Quant. Int.

158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

225 R\$ 2.326,50

8 3004001100032

QUILOGRAMA

195

R\$ 10,34

2.016,30

LARANJEIRAS DO SUL/PR - CARGA DE GÁS GLP 13 KG

GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS.

CATMAT/CATSER:461652

Quant. Int.

158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

195 R\$ 2.016,30

9 3004001100035

QUILOGRAMA

156

R\$ 10,34

1.613,04

REALEZA/PR - CARGA DE GÁS GLP 13 KG

GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - GÁS DE COZINHA. MATERIAL: COMPOSIÇÃO BÁSICA DE PROPANO E BUTANO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOTIJÃO COM 13KG, RETORNÁVEL, FABRICADO SEGUNDO NORMA DA ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS 846 0. APLICAÇÃO: FOGÕES DOMÉSTICOS.

CATMAT/CATSER:461652

Quant. Int.

158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

156 R\$ 1.613,04

10 3004001100034

QUILOGRAMA

135

R\$ 10,34

1.395,90

REALEZA/PR - CARGA DE GLP 45 KG

CARGA DE GÁS GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO), COMPOSIÇÃO: BUTANO/PROPANO, FORNECIDO EM CILINDRO P-45.

CATMAT/CATSER:461651

Quant. Int.

158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

135 R\$ 1.395,90

ITENS ATÉ R\$ 80.000,00

1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Detalhamento Por Unidade

UASG

158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

R\$ 14.337,43

Detalhamento Por Grupo Material

5212 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS

3004 - GAS ENGARRAFADO

R\$ 2.128,00

R\$ 12.209,43

Valor Total do Processo: R\$ 14.337,43

Autorizado por:

Data____/____/____

EDIVANDRO LUIZ TECCHIO
PRO REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

SIPAC | Secretaria Especial de TI - https://ati.uffs.edu.br | Copyright © 2005-2023 - UFRN - srv-sipac-01.uffs.edu.br.srv-sipac-01

**Anexo IV - F0033 - DECLARAÇÃO DE PESQUISA DE
PREÇOS LICITAÇÃO E DISPENSA (2) - Cópia.pdf**



DECLARAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS Licitação e Dispensa Eletrônica/Direta

IMPORTANTE:

*Este formulário deverá ser adotado somente para Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica/Direta.

Número do Processo Administrativo de compra: 23205.0268863/2023-19

Modalidade de Compra: **Pregão Eletrônico**

Nº Licitação/Dispensa: 38/2023

Objeto: Aquisição de Recarga de Gases Especiais e de GLP, frustrados no PE 08/2023/UFFS

Valor estimado da aquisição/contratação: R\$ 14.337,43

Unidade Requisitante: Secretaria Especial de Laboratórios

Nº das Requisições cadastradas no Módulo Compras: 2316/2023; 2292/2023; 2312/2023; 2315/2023; 2328/2023; 2333/2023; 2334/2023, 2342/2023 e 2380.

Data de emissão da Declaração: 26/09/2023

1.1. Dos Parâmetros utilizados

Caracterização dos parâmetros adotados na Pesquisa de Preços			
Fundamento legal: artigo 3º, III da IN SEGES/ME nº 65/2021			
Parâmetro do artigo 5º da IN nº 65/2021	Nº do Item(ns) conforme Relatório: PESQUISA DE PREÇOS DE MATERIAIS PARA LICITAÇÃO	Os orçamentos foram obtidos dentro do intervalo máximo de emissão até a data de divulgação do instrumento convocatório? Fundamento legal:art. 5º IN SEGES/ME nº 65/2021	
Parâmetro I	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	Até 1 ano:(x) SIM () NÃO	
Parâmetro II		Até 1 ano: () SIM () NÃO	
Parâmetro III		Até 6 meses: () SIM () NÃO	
Parâmetro IV		Até 6 meses: () SIM () NÃO	
Parâmetro V		Até 1 ano: () SIM () NÃO	
RELAÇÃO DE FORNECEDORES CONSULTADOS E QUE NÃO ENVIARAM PROPOSTAS			
Fundamento legal: artigo 5º, §2º da IN SEGES/ME nº 65/2021			
IMPORTANTE: Os e-mails de solicitação deverão ser acostados ao processo			
Item (ns)	Razão Social do fornecedor	CNPJ nº	Data da solicitação

a. Justificativa para não adoção dos parâmetros I e II do artigo 5º, §1º da IN SEGES/ME nº 65/2021, se for o caso:

b. Justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa exclusivamente direta com fundamento no parâmetro IV, na expressão do artigo 3º, VII da IN SEGES/ME nº 65/2021, se for o caso:

1.2. Da análise crítica dos preços coletados

Fundamento legal: artigo 6º da IN SEGES/ME nº 65/2021

a. Indique o método estatístico aplicado para a definição do valor estimado dos itens do processo de compras:

(x) Média () Mediana () Menor preço () Outro(especificar) – Justificativa:



Por tratar-se de Pesquisa de Preços Realizada na Plataforma do Compras Governamentais, optou-se por usar o valor médio dos bens, diminuindo dessa forma a possibilidade de insucesso em virtude de preços discrepantes.

b. O preço estimado obtido com base ÚNICA no parâmetro I do artigo 5º não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? () SIM (x) NÃO

c. Foram desconsiderados da pesquisa, os preços inexequíveis, inconsistentes e ou excessivamente elevados?

(x) SIM – Descreva os critérios adotados para desconsiderar preços da Pesquisa e justifique: foram consideradas com quantitativo similar a demanda da UFFS, bem como, compras mais recentes.

() NÃO – Descreva os critérios adotados para não desconsiderar preços da Pesquisa e justifique:XXXXXXX

d. Caso a Pesquisa de Preços apresente itens com menos de 3 (três) cotações/orçamentos, preencha o quadro abaixo:

RELAÇÃO DE ITENS COM MENOS DE 3 ORÇAMENTOS	
Fundamento legal: artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021	
Item nº	Justificativa

e.Descreva outras informações importantes como dificuldades e variáveis que influenciaram na realização da Pesquisa de Preços, se houver:

2. Declaração de Pesquisa de Preços

Declaramos para os devidos fins, que a Pesquisa de Preços cadastrada no sistema SIPAC para balizar o processo de compras identificado no preâmbulo **foi realizada de acordo com as disposições da IN SEGES/ME nº 65/2021**,para o qual foram consideradas todas as variáveis correlacionadas (especificação do produto, quantidades pretendidas, prazos e forma/local de entrega) **e que os preços compilados nos Relatórios gerados pelo sistema representam a realidade do mercado.**

3. Dos responsáveis pela elaboração da Pesquisa de Preços

Fundamento legal:artigo 3º, II da IN SEGES/ME nº 65/2021

IMPORTANTE: Os servidores identificados no quadro abaixo deverão assinar digitalmente este formulário no SIPAC.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS	
Nome	Função
Rosângela Frassão Bonfanti	Responsável pela elaboração da Pesquisa de Preços
Morgana Alexandra Romano	Gestor responsável pela Unidade Requisitante (Pró-Reitor(a), Diretor(a), Secretário(a) Especial, Superintendente)

**Anexo V - F0307 - RELATÓRIO DE ALTERAÇÕES
PROMOVIDAS NO TR (1).pdf**



RELATÓRIO DE ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO TR PADRONIZADO DA AGU

Processo administrativo nº: 23205.026863/2023-19

Objeto: Aquisição de Recarga de Gases Especiais, Recarga e Cilindros de GLP, itens frustrados no PE 08/2023/UFFS

Indicação da minuta padrão da AGU que foi utilizada: TR Aquisições- Agosto 2023

Nº do TR elaborado no Portal de Compras: 108/2023

ORIENTAÇÕES DA AGU – LEITURA OBRIGATÓRIA

- 1) O presente modelo de Termo de Referência procura fornecer um ponto de partida para a definição do objeto e condições da contratação. **Este é o documento que mais terá variação de conteúdo, de acordo com as peculiaridades da demanda da Administração e do objeto a ser contratado.** Assim, a redação apresentada deverá ser trabalhada à luz dos pontos fundamentais da contratação, sempre de forma clara e objetiva.
- 2) **A redação em preto consiste no que se espera ser invariável.** Ela até pode sofrer modificações a depender do caso concreto, mas não são disposições feitas para variar. Por essa razão, **quaisquer modificações nas partes em preto, sem marcação de itálico, devem necessariamente ser justificadas nos autos**, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.
- 3) **Os itens deste modelo destacados em vermelho itálico devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública contratante segundo critérios de oportunidade e conveniência**, de acordo com as peculiaridades do objeto. **As adequações devem ser devidamente destacadas**, para que sejam reproduzidas as mesmas definições nos demais instrumentos da contratação (minuta Edital e do Contrato), para que não conflitem. São previsões feitas para variarem. Eventuais justificativas podem ser exigidas a depender do caso.
- 4) **Alguns itens receberam notas explicativas, destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração do Termo de Referência**, que deverão ser devidamente suprimidas ao se finalizar o documento na versão original.
- 5) **Recomenda-se indicar no processo a versão (mês e ano) utilizada para elaboração da minuta**, em especial ao encaminhar o feito para análise jurídica. Tal informação consta no rodapé do documento. Essa indicação pode ocorrer expressamente no despacho de encaminhamento ou mantendo-se o rodapé na minuta encaminhada, conforme o caso. É um dado importante já que indica qual o parâmetro a ser utilizado em eventual checagem.
- 6) Quaisquer sugestões de alteração poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br.

DAS ALTERAÇÕES E JUSTIFICATIVAS

DA SUPRESSÃO DE REDAÇÃO NA MINUTA PADRONIZADA DA AGU

Nº do item da minuta	Descrição do tópico	Justificativa da supressão
4.2. e 4.3.	Indicação/Vedação de marcas;	Suprimido, não serão indicadas ou vedadas marcas no referido Processo.
4.4.	Da Amostra	Suprimido, não será solicitada amostra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
www.uffs.edu.br

DA INCLUSÃO DE REDAÇÃO ADICIONAL NO TR		
Nº do item da minuta	Descrição do tópico	Justificativa da inclusão
4.18	Da Carta de Solidariedade	Suprimido, não será exigida Carta de Solidariedade.
7.24 a 7.30	Da Antecipação do pagamento	Suprimido, não há previsão de antecipação de pagamento para este Processo.
8.30	Da Qualificação Técnica	Suprimido, não há indicação de Registro ou Inscrição em Atividade Profissional.
DAS ADEQUAÇÕES NA REDAÇÃO PADRONIZADA DA AGU		
Nº do item da minuta	Descrição do tópico	Justificativa da adequação
1.2.	Especificação do objeto como bem comum;	Especificação já consta no item,
4.1.	Dos Critérios de Sustentabilidade;	Critérios de Sustentabilidade já descritos no item
11 e 12	Obrigações das partes	Itens inseridos para que o TR seja mais completo.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS*

* Este documento deverá ser assinado por todos os responsáveis indicados no sistema TR digital

Nome	Siape nº
Evertom Licoviski	2390689
Caroline Badzinski	1977497
André Luiz Zabott	2066038
Catiane Maria Dalcortivo	1770078
Luiz Gustavo Ecco	1940694
Maurício da Trindade Viegas	2388998
Angelo Sérgio Bueno	1796732
Flávia Bernardo Chagas	1794696
Rosângela Frassão Bonfanti	1952035
Morgana Alexandra Romano	1932374

Anexo VI - Encarte A - Planilha de Distribuição de Materiais.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
www.uffs.edu.br

Processo Administrativo nº.23205.026863/2023-19

Pregão Eletrônico nº. 38/2023

Objeto: Aquisição de recarga de gases especiais, recarga de GLP e cilindro de GLP, itens frustrados no PE 08/2023/UFFS.

Item	Campus Cerro Largo/RS	Campus Chapecó/SC	Campus Erechim/RS	Campus Laranjeiras do Sul/PR	Campus Realeza/PR
1	9kg	-	-	-	-
2	14kg	-	-	-	-
3	-	135kg	-	-	-
4	-	-	-	2 uni	-
5	-	-	40 kg	-	-
6	-	-	14 kg	-	-
7	-	-	-	225kg	-
8	-	-	-	195 kg	-
9	-	-	-	-	156 kg
10	-	-	-	-	135kg

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS E CNPJ's

Campus	CNPJ	Endereço
Campus Cerro Largo/RS	11.234.780/0003-12	Rua Major Antônio Cardoso, nº590, Centro, Cerro Largo/RS, CEP: 97.900-000
Campus Chapecó/SC	11.234.780/0001-50	Rodovia SC 484 - Km 2, Bairro Fronteira Sul, Chapecó/SC, CEP: 89.815-899.
Campus Erechim/RS	11.234.780/0002-31	Rodovia ERS 135, Km 72, nº 200. Erechim/RS, CEP: 99.700-970
Campus Laranjeiras do Sul/PR	11.234.780/0004-01	BR 158, Km 405, zona rural. Laranjeiras do Sul/PR, CEP: 85.301-970
Campus Realeza/PR	11.234.780/0005-84	Rodovia PR 182 - Km 466, Avenida Edmundo Gaievski, nº. 1000, Realeza/PR, CEP: 85.770-000

Observação:

A entrega dos bens deverá ser realizada em horários posteriormente definido e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

**Anexo VII - Encarte B - Modelo de Declaração de
Isenção de Apresentação de Certificado Ambiental (1).
pdf**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP: 89.815-899.
www.uffs.edu.br

ENCARTE "C"

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE
CERTIFICADO AMBIENTAL**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 38/2023

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr(a)....., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 23/2023 da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de.....,

..... de de 2023.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa
Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa

Anexo VIII - minuta contrato.pdf



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

MINUTA TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 23205.026863/2023-19

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Universidade Federal da Fronteira Sul, por intermédio da Secretaria Especial de Laboratórios, com sede na Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, na cidade de Chapecó/Estado de Santa Catarina, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de gases especiais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA - PR

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em *12/04/2023*.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (Trinta) dias**.

8.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. **Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;**

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. *A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do [art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021](#) em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:*

10.2. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

10.3. *A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

10.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.*

10.5. *Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

10.6. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

10.7. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

- 10.7.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- 10.7.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 10.7.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.*
- 10.8. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.7, observada a legislação que rege a matéria.*
- 10.9. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*
- 10.10. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.*
- 10.11. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).*
- 10.12. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 10.13. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.*
- 10.14. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 10.14.1. *O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

10.14.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).*

10.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

10.16. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

10.17. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

10.18. *Além da garantia de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21](#), a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.*

10.18.1. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. *moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - i. *O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. compensatória de% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS

Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. *O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.1.2. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.1.3. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local],[dia]de[mês] de[ano].



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
SECRETARIA ESPECIAL DE LABORATÓRIOS
Rodovia SC 484, KM 02, CEP 89815-899, Bloco C, Sala 404, Chapecó SC

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Emitido em 11/10/2023

F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA N° TR atualizado PE 38_2023/2023 - SELAB (10.54)
(N° do Documento: 4)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 15/10/2023 15:26)

CAROLINE BADZINSKI

CHEFE

CLAB-CL (10.38.04.05)

Matrícula: ###774#7

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 10:17)

CATIANE MARIA DALCORTIVO

CHEFE

ASSPLAN - RE (10.40.08.07)

Matrícula: ###700#8

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 08:16)

EVERTOM LICOVISKI

CHEFE

CAAEX - LS (10.42.09.05)

Matrícula: ###906#9

(Assinado digitalmente em 14/10/2023 11:14)

FERNANDO ZATT SCHARDOSIN

ADMINISTRADOR

ASSGAS - LS (10.42.10.03)

Matrícula: ###896#7

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 08:14)

FLAVIA BERNARDO CHAGAS

CHEFE

CLAB - ER (10.44.05.08)

Matrícula: ###946#6

(Assinado digitalmente em 11/10/2023 18:54)

LUIZ GUSTAVO ECCO

CHEFE

CLAB - CH (10.41.13.09)

Matrícula: ###406#4

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 13:19)

MAURICIO DA TRINDADE VIEGAS

CHEFE

CAAEX - ER (10.44.05.06)

Matrícula: ###889#8

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 09:00)

MORGANA ALEXANDRA ROMANO

SECRETARIO

SELAB (10.54)

Matrícula: ###323#4

(Assinado digitalmente em 13/10/2023 07:59)

RONALDO JOSE SERAMIM

ADMINISTRADOR

ASSGAS - LS (10.42.10.03)

Matrícula: ###032#9

(Assinado digitalmente em 16/10/2023 13:34)

ROSANGELA FRASSAO BONFANTI

TECNICO DE LABORATORIO AREA

SELAB (10.54)

Matrícula: ###520#5